



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA

RIO GRANDE DO NORTE

Veículo: Tribuna do Norte
(online)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Fecomércio e entidades pedem à governadora pelo não tombamento do antigo Reis Magos

Publicação: 2020-01-08 00:00:00 | Comentários: 0

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN) manifestou publicamente nesta terça, 7, sua posição sobre o destino do antigo Hotel Reis Magos: a Fecomércio é a favor da demolição do prédio. Esta posição foi defendida junto à governadora Fátima Bezerra, para que não permita o tombamento das ruínas, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão, pelo tombamento ou não, está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.



Local está fechado há cerca de 20 anos e ruínas são ameaça à população, por risco de desabamento, segundo laudo

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio.

Marcelo Queiroz ainda pontua os riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza!”, afirma.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Macaíba No Ar

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

07
JANEIRO

Fecomércio e entidades ligadas ao setor turístico pedem pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos, em Natal, à governadora Fátima Bezerra

Escrito por [Administrador](#)



Cotidiano

Leave a Comment



Foto: Leonardo Erys/G1

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e

renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para lembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Senadinho Macaíba

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

07

JANEIRO
2020
16:25

Fecomércio e entidades ligadas ao setor turístico pedem pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos, em Natal, à governadora Fátima Bezerra



Postado por [Administrador](#)



Rio Grande do Norte

Deixe um comentário

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Blog Pauta Aberta

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Reis Magos: Fecomércio/RN e entidades pedem pelo não tombamento das ruínas do hotel

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça (07) para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos (foto), localizadas na orla urbana de Natal.



Imagem: Reprodução

A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O sentimento do presidente da Fecomércio/RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico, observa informação da assessoria de imprensa da entidade.

O Conselho Estadual de Cultura do RN, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 02 de julho de 2019, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel.

Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura de Natal também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas.

Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Blog do Salatiel

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

FECOMÉRCIO E ENTIDADES LIGADAS AO SETOR TURÍSTICO PEDEM PELO NÃO TOMBAMENTO DAS RUÍNAS DO HOTEL REIS MAGOS



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal.

Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou.

O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Diógenes da Cunha Lima, chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, **favorável à demolição das ruínas do antigo hotel**. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Blog do Agora Vai

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Fecomércio e entidades ligadas ao setor turístico pedem pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos, em Natal, à governadora Fátima Bezerra

07/01/2020 / BLOGDOAGORAVAI

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. "Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento", disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. "As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa", diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. "Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém

de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Blog Flávio Rezende

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Fecomércio e entidades ligadas ao setor turístico pedem pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos, em Natal, à governadora Fátima Bezerra

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeitar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: De Fato

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Setor turístico pedem pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos à governadora Fátima



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal. A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Gláucia Lima

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Setor turístico pede pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos à governadora Fátima



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), Marcelo Queiroz, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora Fátima Bezerra de que não permita o tombamento das ruínas do antigo Hotel Reis Magos, localizadas na orla urbana de Natal.

A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. "Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para relembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado", disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como "monstrego" a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que "a hora é de fazer a preservação do que é preservável". "Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeitar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento", destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Robson Pires

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Setor turístico pede pelo não tombamento das ruínas do Hotel Reis Magos à governadora Fátima

Por Robson Pires, em Notas



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz**, veio a público nesta terça, 7, para reiterar o pedido já feito à governadora **Fátima Bezerra** de que não permita o tombamento das ruínas do antigo **Hotel Reis Magos**, localizadas na orla urbana de Natal.

A decisão pelo tombamento ou não está nas mãos da governadora que, segundo informações oficiais, aguarda um parecer da Procuradoria Geral do Estado.

“Tombar estas ruínas seria um enorme retrocesso para a nossa cidade. Além de criar uma potencial demanda judicial entre o Estado e os atuais proprietários da área, travando de vez investimentos que poderiam começar a ajudar a alavancar aquela parte da cidade dos pontos de vista econômico e social, um eventual tombamento também poderia levar os cofres públicos a arcar com altos custos para a recuperação de uma estrutura cujo valor histórico já foi rechaçado, inclusive, pelos conselhos estadual e municipal de Cultura. Esperamos, ansiosos, que a governadora Fátima Bezerra, que tem demonstrado tanta sensibilidade quanto aos pleitos que envolvem o desenvolvimento econômico e social, reconheça isso e descarte de uma vez esta possibilidade”, afirma Marcelo Queiroz.

O presidente da Fecomércio ainda pontua os enormes riscos que a insegurança jurídica que um eventual tombamento traria para o estado do RN como um todo. “Quando a área foi adquirida, ela estava completamente liberada para ser limpa e reutilizada. Tombar agora aquelas ruínas é mudar as regras com o jogo em andamento, um movimento que gera um nível de desconfiança que afasta inapelavelmente futuros novos investidores”, diz ele.

O sentimento do presidente da Fecomércio RN é endossado por vários representantes do segmento turístico potiguar, além de especialistas em patrimônio cultural e histórico. Empresário do setor de receptivo há mais de vinte anos, George Costa é um deles. “Eu vejo as ruínas do Hotel Reis Magos como o maior ícone da decadência pela qual passa a orla turística de Natal. Aquela é uma área privada, cujo uso deveria ser definido única e exclusivamente pelo seu proprietário, até porque, após diversos debates, inclusive jurídicos, em conselhos de cultura e de turismo, e mesmo em discussões públicas, ficou muito claro que não há nas ruínas nenhum valor histórico ou cultural que justifique um eventual tombamento. O surgimento de um novo empreendimento ali, dentro das regras urbanísticas da cidade, tem o poder de transformar fortemente aquela parte da cidade. E hoje Natal e o turismo do RN precisam, urgentemente, de novidades que possam elevar o nível de interesse da cidade como produto turístico”, declara Costa, destacando a indiscutível relevância da atividade turística para a economia do estado.

O hoteleiro e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH RN), Abdon Gosson, é ainda mais contundente. “Este é um assunto que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. É inadmissível que mantenhamos aquelas ruínas em uma praia urbana de nossa cidade, expondo a decadência daquela região e contribuindo para manter a orla de Natal como uma das mais feias, talvez a mais feia, do Nordeste. Precisamos urgentemente ocupar aquele espaço com um novo projeto turístico que ajude a revitalizar aquela região, gerando emprego e renda. Falo isso, tenho certeza, não apenas como empreendedor do segmento turístico, há mais de quatro décadas, mas, também, como cidadão potiguar. Tenho absoluta certeza de que a maioria dos potiguares é contra este tombamento e se alinha com este meu pensamento”, disse.

George Gosson, um dos maiores e mais atuantes hoteleiros do estado, também faz críticas duras a um eventual tombamento. “As ruínas dos Reis Magos são um ícone da insegurança jurídica e da ineficiência da resolução de conflitos em nosso Estado. Legislações mal elaboradas, superposições de competências de órgãos fiscalizadores (neste caso, são três órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico) e a morosidade da justiça para resolução de impasses como este são fatores deletérios à atividade empreendedora e à livre iniciativa”, diz ele.

Custo dez vezes maior

Relator do processo que analisou o pedido de tombamento do antigo Hotel Reis Magos no Conselho Estadual de Cultura, o advogado, professor e especialista em patrimônio histórico e cultural, Diógenes da Cunha Lima, foi enfático ao afirmar sua posição contrária à restauração do equipamento. “Ninguém pode negar a importância que o Hotel dos Reis Magos teve no passado. Teve! Todavia, o local está fechado há 20 anos e não está funcionando porque a economia mudou. Era prejudicial para a empresa (sua proprietária) explorá-lo. Então, ficaram ruínas. Hoje, os alicerces estão em ruínas, com mostras de ferro enferrujados e com perigo para as pessoas que de lá se aproximam, porque pode ruir. Se houver o tombamento, vai continuar como está, porque ninguém de bom senso vai jogar dinheiro público lá. O Estado, se tombar, vai ter que gastar muito, ou obrigar a empresa, que é uma loucura, a gastar dinheiro inútil para a cidade, apenas para lembrar as emoções de pessoas que tiveram no passado”, disse ele em entrevistas recentes.

Cunha Lima explicou, em entrevista ao programa Bom Dia RN, na Intertv Cabugi, que o tombamento preserva para o futuro algo que pode ser preservado efetivamente e que possui valor histórico. Na visão dele, não é o caso do hotel Reis Magos. Segundo o professor, existem laudos técnicos que comprovam o estado avançado de deterioração do prédio e os altos custos de uma possível obra de recuperação. Os números apresentados por Diógenes da Cunha Lima indicam um valor dez vezes maior que o custo de uma reforma, em relação à opção de derrubada do hotel e construção de um prédio novo no mesmo local.

Diógenes da Cunha Lima chega a classificar como “monstrengo” a estrutura que sobrou do Hotel Reis Magos e reitera que “a hora é de fazer a preservação do que é preservável”. “Já teve gente que comparou o hotel à Fortaleza dos Reis Magos. Pelo amor de Deus, não vamos fazer comparações dessa natureza! Não podemos enfeiar a cidade, linda como ela é. Natal é uma cidade mulher, que gosta de ser amada, ter a beleza reconhecida, se enfeitar e estar sempre em movimento”, destaca.

O Conselho de Cultura do Estado, composto por representantes de diversas instituições, emitiu parecer, no dia 2 de julho, favorável à demolição das ruínas do antigo hotel. Já no dia 20 de agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura também emitiu parecer semelhante, defendendo a demolição das ruínas. Em ambos, a votação teve o placar de nove votos a um a favor da demolição e, portanto, contra o tombamento.

Veículo: Blog da Juliska**Data:** 07/01/2020**Caderno/Coluna:**
Geral**Fecomércio/Sesc****Aspecto:**
Positiva

Escola Sesc de Ensino Médio supera média mundial no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

Reconhecida como referência no Brasil, a Escola Sesc de Ensino Médio, localizada em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, alcançou resultados superiores ao de países como Finlândia, Japão, Canadá e Estados Unidos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa. O programa é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por países-membros que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

“Atingir um resultado no Pisa muito acima da média nacional e de muitos países de primeiro mundo reafirma nosso compromisso em seguirmos abertos ao diálogo e contribuindo com outras instituições e contextos escolares, pelo desenvolvimento de uma educação nacional que nos orgulhe e nos inspire. Isso só aumenta a nossa responsabilidade social”, destaca o Diretor da Escola Sesc de Ensino Médio, Luiz Fernando de Moraes.

Desempenho reflete diferenciais da Escola

No campo Leitura, o desempenho médio dos alunos da Escola Sesc foi de 557,8 pontos, enquanto a média dos demais países participantes foi de 493. Entre as demais instituições brasileiras avaliadas, a média foi de 407 pontos. Em matemática, o resultado dos estudantes da Escola Sesc de Ensino Médio foi de 546,8 pontos, superando de forma significativa os 377 pontos obtidos pelos demais alunos brasileiros no Pisa e a média mundial, que foi de 490. Nesta disciplina a maior pontuação foi obtida por Singapura, 564 pontos. Em Ciências, a Escola Sesc alcançou 552,6 pontos, ultrapassando a média nacional (401) e dos países participantes da OCDE (493). Singapura também obteve a maior média de desempenho na disciplina, com 553 pontos.

Os resultados do Pisa revelam o que pode ser feito na educação, ao mostrar o que alunos dos sistemas educacionais de melhor desempenho e de crescimento mais rápido são capazes de fazer. O programa avaliou 46 escolas brasileiras, de seis estados (CE, MG, PE, RJ, RS e SP), sendo 33 públicas e 13 particulares. A escolha das escolas avaliadas foi feita de acordo com amostragem da OCDE, considerando também resultados em outras avaliações no país das instituições de ensino.

“Investir no desenvolvimento pessoal e de novas habilidades dos alunos, além do preparo para o acesso ao Ensino Superior, é um dos diferenciais da Escola Sesc de Ensino Médio. Oferecemos aos nossos estudantes a oportunidade de participar de atividades culturais e esportivas, de frequentar aulas práticas em laboratórios e de trocar experiências com jovens de todos os estados do país”, reforça Moraes.

Sobre a Escola Sesc de Ensino Médio

A Escola Sesc de Ensino Médio está instalada em campus de 131 mil metros quadrados e conta com uma das melhores estruturas de ensino do país, incluindo Espaço Cultural, laboratórios, biblioteca, ateliers de arte, complexo esportivo, piscina semiolímpica, sala de ginástica e musculação, restaurante, além de vilas residenciais para estudantes e professores.

Inaugurada em 2008, é uma instituição de ensino integral totalmente gratuita, que atende alunos de todos os estados do país. Oferece atividades extracurriculares e o que há de mais moderno em equipamentos e tecnologia. Os estudantes são acompanhados por professores, tutores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, garantindo-lhes assistência individualizada e mediação permanente para aprendizagem.

Veículo: Blog da Juliska

Data: 07/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio/Sesc

Aspecto:
Positiva

Escola Sesc de Ensino Médio supera média mundial no Pisa

7 de janeiro de 2020 às 10:40 - Comentar



INAUGURADA EM 2008, A INSTITUIÇÃO DE ENSINO INTEGRAL TOTALMENTE GRATUITA, ATENDE ALUNOS DE TODOS OS ESTADOS DO PAÍS. FOTO: DIVULGAÇÃO

Reconhecida como referência no Brasil, a **Escola Sesc de Ensino Médio**, localizada em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, alcançou resultados superiores ao de países como Finlândia, Japão, Canadá e Estados Unidos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa. O programa é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por países-membros que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

“Atingir um resultado no Pisa muito acima da média nacional e de muitos países de primeiro mundo reafirma nosso compromisso em seguirmos abertos ao diálogo e contribuindo com outras instituições e contextos escolares, pelo desenvolvimento de uma educação nacional que nos orgulhe e nos inspire. Isso só aumenta a nossa responsabilidade social”, destaca o Diretor da Escola Sesc de Ensino Médio, Luiz Fernando de Moraes.

Desempenho reflete diferenciais da Escola

No campo Leitura, o desempenho médio dos alunos da Escola Sesc foi de 557,8 pontos, enquanto a média dos demais países participantes foi de 493. Entre as demais instituições brasileiras avaliadas, a média foi de 407 pontos. Em matemática, o resultado dos estudantes da Escola Sesc de Ensino Médio foi de 546,8 pontos, superando de forma significativa os 377 pontos obtidos pelos demais alunos brasileiros no Pisa e a média mundial, que foi de 490. Nesta disciplina a maior pontuação foi obtida por Singapura, 564 pontos. Em Ciências, a Escola Sesc alcançou 552,6 pontos, ultrapassando a média nacional (401) e dos países participantes da OCDE (493). Singapura também obteve a maior média de desempenho na disciplina, com 553 pontos.

Os resultados do Pisa revelam o que pode ser feito na educação, ao mostrar o que alunos dos sistemas educacionais de melhor desempenho e de crescimento mais rápido são capazes de fazer. O programa avaliou 46 escolas brasileiras, de seis estados (CE, MG, PE, RJ, RS e SP), sendo 33 públicas e 13 particulares. A escolha das escolas avaliadas foi feita de acordo com amostragem da OCDE, considerando também resultados em outras avaliações no país das instituições de ensino.

“Investir no desenvolvimento pessoal e de novas habilidades dos alunos, além do preparo para o acesso ao Ensino Superior, é um dos diferenciais da Escola Sesc de Ensino Médio. Oferecemos aos nossos estudantes a oportunidade de participar de atividades culturais e esportivas, de frequentar aulas práticas em laboratórios e de trocar experiências com jovens de todos os estados do país”, reforça Moraes.

Sobre a Escola Sesc de Ensino Médio

A Escola Sesc de Ensino Médio está instalada em campus de 131 mil metros quadrados e conta com uma das melhores estruturas de ensino do país, incluindo Espaço Cultural, laboratórios, biblioteca, ateliers de arte, complexo esportivo, piscina semiolímpica, sala de ginástica e musculação, restaurante, além de vilas residenciais para estudantes e professores.

Inaugurada em 2008, é uma instituição de ensino integral totalmente gratuita, que atende alunos de todos os estados do país. Oferece atividades extracurriculares e o que há de mais moderno em equipamentos e tecnologia. Os estudantes são acompanhados por professores, tutores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, garantindo-lhes assistência individualizada e mediação permanente para aprendizagem.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Opinião

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Receita

Número de pequenos negócios sobe 11,9%

Mais de 19 mil potiguares abriram a própria empresa no ano passado. De acordo com dados da Receita Federal, 19.069 pequenos negócios foram criados no Rio Grande do Norte e foram registrados no Simples Nacional, o regime simplificado de arrecadação de tributos, ao longo de 2019. A maioria na categoria de Microempreendedor Individual (MEI).

Até o início do ano passado, o Estado tinha 159.267 pequenas empresas optantes pelo Simples e chegou ao final do dezembro com um total de 178.336 optantes. Isso representa um aumento de 11,9% em comparação com o mesmo total do ano anterior. São considerados pequenos negócios as empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano e estão enquadradas nas categorias de MEI, microempresa (ME) e empresa de pequeno porte.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Política

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Presidente da Câmara

Maia defende reformas tributária e administrativa

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça-feira, 7, em sua conta no Facebook, que o Congresso precisa avançar com as reformas estruturais no Brasil. Essas reformas, segundo ele, não são apenas econômicas, mas também sociais e têm o objetivo de tornar o País menos desigual.

“A reforma tributária é a mais importante para o crescimento econômico e para destravar a economia do País. Defendo a simplificação do sistema tributário brasileiro, que atualmente é confuso e com excessivas leis. Essa reforma, ao simplificar o

sistema, vai diminuir o desequilíbrio existente hoje. A sociedade continua pagando muitos impostos, e os serviços públicos continuam piorando. Isso precisa mudar”, afirmou Maia.

A reforma administrativa, por outro lado, não virá para reduzir salários, disse Maia. “É uma reforma para garantir serviços públicos de qualidade aos brasileiros, principalmente em educação e saúde. Com boas regulações e o controle das contas públicas, o Brasil atrairá investimentos e vai gerar empregos, sem precisar passar pela crise que outros países vivem na América do Sul”, apontou.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Política

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Gestão

RN fica de fora da lista nacional de privatizações e PPPs do País

Cardápio de ativos nos estados é diversificado, incluindo desde setores tradicionais, como energia elétrica e rodovias, até concessão de mirantes

José Aldenir / Agora RN

Sem folga no orçamento e com uma conta que não para de crescer, governadores de vários estados prometem fazer de 2020 um ano de grandes privatizações, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP).

Uma das exceções nessa lista continua sendo o Rio Grande do Norte, que no começo da gestão da governadora Fátima Bezerra tinha como opções para fazer caixa privatizar as operações do Centro de Convenções, vender sua participação na Potigás e privatizar a Companhia de Águas e Esgotos (Caern), uma operação que poderia render ao Estado algo em torno R\$ 1,6 bilhão, por exemplo, mas que não avançou no assunto.



Cartaz contra privatização é exposto durante protesto de servidores em frente à Caern

avalia a possibilidade de criar um ria com o controle da companhia,

O cardápio de ativos nos demais estados é diversificado, incluindo desde setores tradicionais, como energia elétrica, rodovias, aeroportos e empresas de telecomunicações, até a concessão de mirantes, marinas, hotéis e casa de repouso. Há também estádios de futebol, cozinha-escola em presídios, zoológicos e centros de eventos, entre outros, como revela levantamento realizado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Pelo levantamento, o segmento com maior número de ativos – 22 no total – é o de transportes, que envolve linhas de metrô e ônibus, terminais rodoviários, trens intercidades, rodovias e portos.

Das 27 unidades procuradas, 16 responderam aos questionamentos da reportagem. Dessas, 13 pretendem fazer alguma privatização de empresas ou concessão de serviços públicos nos próximos anos, só duas não têm ativos para vender e uma ainda

programa de desestatização.

O governo do Maranhão, por exemplo, teve autorização para vender 25,5% das ações da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar); o Rio Grande do Sul conseguiu retirar a exigência de um plebiscito para vender a Sulgás; e Goiás ainda espera aprovação da Assembleia Legislativa.

No Rio, a venda da Cedae (companhia local de águas e esgotos) foi uma das exigências do governo federal para que o estado pudesse aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Um dos modelos que vêm sendo estudado pelo governador Wilson Witzel é a venda de ações da empresa no mercado. Mesma saída é vista pelo Distrito Federal e pela Bahia.

Como o Agora RN mostrou em 2019, o governo Fátima Bezerra estuda abrir o capital da Caern como uma alternativa à privatização total. Na proposta avaliada pelo governo, o Estado continua-

mas teria a gestão compartilhada com investidores privados, a partir da venda de ações no mercado financeiro. De acordo com o presidente da Caern, Roberto Linhares, não há prazo para que isso aconteça. Ele afirma que, antes, seria necessária uma espécie de preparação da companhia, até para torná-la mais atrativa aos investidores.

Minas Gerais, que a exemplo de Rio e do Rio Grande do Sul, vive grave crise fiscal, tem planos para vender tanto a estatal de gás (Gasmig) como a de saneamento (Copasa). Em novembro, o governador Romeu Zema editou um decreto que cria uma Política de Desestatização e o Conselho Mineiro de Desestatização (CMD).

Minas também quer privatizar a Cemig e vender participações que a empresa tem na Taesa (transmissão), Renova (eólica) e nas hidrelétricas Santo Antônio e Belo Monte.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Cidades

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Proedi reduziu a arrecadação de tributos nos municípios do RN, diz titular da Semut

Para o secretário de Tributação de Natal, Ludenilson Lopes, o investimento na área de infraestrutura é maior entrave para o sucesso do novo programa de isenção fiscal, que reduziu consideravelmente a base de arrecadação dos municípios potiguares

“Só o tempo dirá”. Com essa expressão enigmática e um tanto desanimada, o secretário municipal da Tributação, Ludenilson Lopes, definiu o que ele espera do novo Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proedi), que alterou também o marco legal do Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do RN (FDCCI), responsável pelas compensações financeiras aos municípios.

Entrevistado do programa Jornal Agora, na 97 FM, desta terça-feira, 7, o secretário afirmou que, ao abrir mão de quase R\$ 500 milhões de ICMS, o Estado corre o risco de não ter as compensações esperadas por problemas logísticos conhecidos que podem travar a vinda de novas indústrias ao RN. “Por enquanto, os municípios estreitaram ainda mais sua base de

arrecadação, numa época em que enfrentam inúmeros problemas financeiros”, acrescentou.

Com essa declaração, Ludenilson lançou dúvidas sobre a crença de seu colega Carlos Eduardo Xavier, secretário estadual da Tributação, segundo a qual o Proedi seria fundamental para a retomada do crescimento do RN. “Apesar dos diferenciais positivos, temos uma série de obstáculos, entre eles a logística deficiente, que pode se constituir num entrave na hora de uma empresa dessas escolher se instalar entre aqui, Pernambuco, Paraíba ou Ceará”, afirmou. “É como se estivéssemos numa esquina no final da linha”, comparou.

O Proedi atende atualmente 110 empresas instaladas no estado, gerando mais de 23 mil empregos diretos. Para o governo estadual, o foco principal do programa foi



Ludenilson Lopes afirma que o Estado abriu mão de R\$ 500 milhões de ICMS

afastar empresas que estariam se beneficiando da isenção de ICMS, sem cumprir com o compromisso de manter e aumentar a absorção

de mão de obra.

Nos últimos dias do ano passado, o programa, que já existia por meio de um controvertido decreto

da governadora, virou lei estadual, mediante a qual se estabeleceu um acordo de reposição em 75% das perdas dos municípios para 2019 e 2020, além de 60% de recuperação de perdas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo o secretário Ludenilson Lopes, porém, o que aconteceu, na prática, foi que a receita dos municípios sobre o ICMS, que anteriormente era de 25% sob a vigência do antigo Proedi, passou a ser repartida com o Estado, ou seja, 25% de 25%, isto é, 6,25%.

Isso, porque pelo novo acordo, o Governo estabeleceu a renúncia fiscal entre 75% e 95%. No antigo Proedi, a limitação de renúncia era fixada em 75%, liberando os restantes 25% para os municípios.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Cidades

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Levantamento

Quantidade de empresas abertas é a maior em 10 anos, aponta Jucern

A Junta Comercial do Rio Grande do Norte (Jucern), órgão responsável pelo registro empresarial no Estado, contabilizou 7.709 solicitações de novos negócios registradas em 2019. Os números consolidados mostram aumento de 15% em relação ao mesmo período de 2018, configurando o maior incremento em dez anos.

O setor de serviços é o maior responsável pela retomada do crescimento. Em 2019, foram 18% a mais de estabelecimentos abertos. Em seguida, vieram o comércio e a indústria com 10% de alta, respectivamente.

Já o número de empreendimentos que encerraram as atividades em 2019 foi de 4.957. Na comparação com 2018, quando foram registrados 4.316 encerramentos, houve um aumento de 14%. Os números não incluem os Microempreendedores Individuais (MEI).

“A Junta Comercial está contribuindo para um trabalho integrado por meio da desburocratização de processos, des-



José Aidenir/AgoraRN

Junta Comercial do Estado registrou 7.709 novos negócios em 2019

centralização de serviços, digitalização de procedimentos e de parcerias com o governo e com o setor produtivo. E isso vem sendo feito seja na própria Jucern, seja nas unidades do Escritório do Empreendedor” destaca o presidente da Junta Comercial, Carlos Augusto Maia.

O Rio Grande do Norte chega a 2020 com cerca de 100 mil em-

presas ativas. Quase 60% delas estão concentradas em Natal, Mossoró e Parnamirim. Entre as atividades mais exercidas estão o comércio de roupas e acessórios e de venda de produtos alimentícios.

“Os números também são um reflexo desse trabalho voltado para a melhoria do ambiente de negócios”, encerra.



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA
BRASIL

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Presidente sanciona transferência do Coaf da Economia para o BC

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou na noite desta terça-feira (7) proposta que transfere o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) do Ministério da Economia para o Banco Central.

A iniciativa, aprovada pelo Poder Legislativo no ano passado, será publicada nesta quarta-feira (8) no Diário Oficial da União.

O órgão federal tem a atribuição de monitorar as atividades financeiras e de produzir informações para prevenir e combater a lavagem de dinheiro.

O Coaf será chefiado por Ricardo Lião, servidor aposentado do Banco Central que integrava a cúpula da entidade desde abril de 2013. Sua ascensão foi planejada pelo Ministério da Economia para transmitir a mensagem de que não haverá quebra nos trabalhos mesmo com as mudanças estruturais feitas no órgão.

Ele substituiu Roberto Le-

onel de Oliveira Lima, escolhido pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, para comandar o órgão federal, que desde o início do governo tem sido alvo de disputas.

Sob o argumento de que daria mais força ao Coaf, o presidente transferiu inicialmente a entidade para a Justiça. Em retaliação ao ministro, o Congresso alterou a medida de reestruturação e devolveu a instituição à pasta da Economia.

Com a derrota, Bolsonaro disse que pretendia “tirar o Coaf do jogo político” e editou uma nova proposta para mudar o nome do Coaf para UIF (Unidade de Inteligência Financeira) e colocá-lo sob responsabilidade do Banco Central.

Em uma nova resposta, o Legislativo descartou a alteração do nome, mas aceitou a transferência para o BC.

A ideia é que a mudança ajude a dar celeridade ao projeto que dá autonomia ao Banco Central e, com isso, garantir uma blindagem política na instituição.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Poupança tem em 2019 menor entrada de recursos em 3 anos

BRASÍLIA | REUTERS A caderneta de poupança registrou entrada líquida de R\$ 13,327 bilhões em 2019, pior resultado em três anos, em meio à queda na remuneração do tradicional produto de investimento diante da diminuição histórica da Selic, hoje em 4,5% ao ano.

Segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta terça-feira (7), essa foi a performance mais fraca para a poupança desde 2016, quando registrou uma retirada líquida de R\$ 40,702 bilhões.

Em dezembro, mês tradi-

cionalmente positivo, houve captação líquida de R\$ 17,211 bilhões, melhor dado para o período desde 2017.

Por lei, toda vez que a Selic for igual ou inferior a 8,5%, a remuneração da poupança passa a ser de 70% da Selic acrescida da Taxa Referencial (TR), atualmente zerada.

Hoje, isso equivale a uma remuneração de 3,15% ao ano para a poupança. Como a expectativa de inflação para 2020 é de 3,60%, as aplicações na poupança na prática não devem ter ganho real neste ano.

Veículo: Economia

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Alta do petróleo. Secretários de Fazenda dizem que não é possível abrir mão da arrecadação do imposto, que chega a ser responsável por até 20% das receitas estaduais; presidente criticou governadores que não apoiam a medida. 'No fim, quem paga o pato sou eu', disse

Estados descartam plano de Bolsonaro de cortar ICMS sobre os combustíveis

Barbara Nascimento

SÃO PAULO

Júlia Lindner / BRASÍLIA

A pressão do governo federal por uma revisão na tributação de ICMS sobre combustíveis, uma forma de reduzir o aumento ao consumidor nas bombas, não encontra eco nos Estados. Secretários de Fazenda ouvidos pelo 'Estádio/Broadcast' apontam que a arrecadação sobre combustíveis representa uma fatia significativa dos recursos estaduais e que a atual situação financeira dos Estados não permite aos governadores abrir mão de receitas. Portanto, uma redução da alíquota estaria descartada.

Essa é uma das medidas que técnicos do governo estudam para evitar uma disparada nos valores dos combustíveis cobrados nos postos com a crise entre Estados Unidos e Irã.

Hoje, o ICMS sobre combustíveis responde por entre 18% e 20% da arrecadação dos Estados. As alíquotas cobradas variam por ente da federação e podem chegar a 34% no topo para a gasolina, a 25% para o diesel e a 32% para o etanol, segundo dados da Fecombustíveis.

De acordo com o diretor do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), André Horta, a estimativa é que a arrecadação de ICMS sobre a gasolina engorde em R\$ 60 bilhões os cofres estaduais em 2020. "Trata-se de receita fundamental para a condução das administrações públicas estaduais", afirmou.

Ontem, o presidente Jair Bol-



Sem negociação. Bolsonaro afirmou que governadores até p-

sonaro criticou governadores por não apoiarem a ideia. "No fim, quem paga o pato sou eu", reclamou. "Alguns me falam para conversar com os governadores, mas a maioria (dos Estados) está quebrado. Se for conversar é: 'Eu topo, presidente, mas qual é a compensação?'" , disse Bolsonaro.

O presidente defendeu que o tributo estadual incida sobre o preço nas refinarias e não sobre aquele cobrado pelas distribuidoras. Ontem, Bolsonaro disse que essa mudança poderia ser

incluída na reforma tributária, em tramitação no Congresso.

A despeito das declarações do presidente, os secretários afirmam que não foram formalmente procurados pelo governo e que o assunto tampouco deve estar na pauta da próxima reunião extraordinária do Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda, marcada para 21 de janeiro, em Brasília. Fontes do Ministério da Economia dizem que a área técnica do governo não deve fazer uma proposta formal aos Estados para que re-

GABRIELA BELO/ESTADÃO



odem conversar sobre ICMS, mas 'vão pedir compensação'

duzam suas alíquotas.

Caminhoneiros. Durante a greve dos caminhoneiros de 2018, o governo também tentou convencer os Estados a baixar a alíquota, dessa vez apenas sobre o diesel, para estancar a paralisação. Na época, chegou a convocar uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), esvaziada. O órgão reúne além dos secretários de Fazenda, membros do Executivo federal. No fim, conseguiu o apoio de alguns Esta-

dos, como Rio de Janeiro e São Paulo, que efetivamente reduziram o tributo sobre o óleo na tentativa de esvaziar a greve.

Destavez, os Estados cobram uma solução exclusivamente federal e argumentam que os governadores administram cofres muito apertados. "Entendemos que a alta do petróleo vai afetar o consumo lá na ponta (na bomba), mas para nós é absolutamente fundamental a arrecadação sobre combustíveis. O proble-

ma deveria ser visto sistematicamente, o que pode ser feito de forma federal? O ICMS sempre apanha, mas a situação dos Estados e o tamanho do impacto dos combustíveis não nos dão asas para baixar a alíquota", disse a secretária do Ceará, Fernanda Mara.

"Cremos que há alternativas menos impactantes para os Estados, como a redução de PIS/Cofins, que é uma arrecadação federal", sugeriu o secretário de Fazenda gaúcho, Marco Aurélio Cardoso. No Rio Grande do Sul, combustíveis respondem por 18% da arrecadação total do ICMS.

Dentro do Ministério da Economia, contudo, uma queda na alíquota de PIS/Cofins sobre combustíveis não está na mesa. Uma fonte, que pediu anonimato, afirmou que os tributos federais já foram muito reduzidos e nova redução traria pouco impacto.

Os secretários citam ainda a possibilidade de, no futuro, se criar algum fundo federal de estabilização de preços. A ideia já foi aventada durante a greve dos caminhoneiros, pelo ex-ministro Henrique Meirelles, hoje secretário de Fazenda de São Paulo. Segundo a proposta à época, o fundo amorteceria os preços, capitalizando recursos quando o preço do petróleo caísse, e utilizando o dinheiro quando a cotação do barril subisse.

Entre os Estados prevalece um entendimento de que qualquer reação para controlar o impacto da alta no combustível terá de partir da União.



Veículo: Economia

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Poupança tem menor captação em três anos

Em 2019, brasileiro depositou R\$ 13,3 bi, abaixo dos R\$ 38,3 bi em 2018 e dos R\$ 17,1 bi em 2017; retorno no ano passado foi de 3,15%

Fabício de Castro / BRASÍLIA

Apesar da rentabilidade menor em relação a outras aplicações financeiras, a caderneta de poupança registrou captação líquida positiva pelo terceiro ano consecutivo. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que, em 2019, os brasileiros depositaram R\$ 13,3 bilhões líqui-

dos na poupança. O valor já leva em consideração os saques promovidos no período.

O montante é menor que os valores registrados em 2018 (R\$ 38,3 bilhões) e 2017 (R\$ 17,1 bilhões), mas consolida o período de recuperação da caderneta, após os saques líquidos registrados nos anos de crise. Somente em 2015 e 2016, com muitas famílias recorren-

do à poupança para fechar as contas, R\$ 94,3 bilhões deixaram a caderneta.

Em 2019, apesar de a poupança alternar meses de saques e depósitos, os aportes prevaleceram, na esteira da relativa recuperação da economia e da diminuição do desemprego. Em dezembro, mês de pagamento do 13.º salário, a poupança registrou captação líquida positiva

de R\$ 17,2 bilhões. O montante foi resultado de aportes de R\$ 260,5 bilhões e retiradas de R\$ 243,3 bilhões.

Considerando o rendimento de R\$ 2,5 bilhões no período, a poupança fechou 2019 com saldo total de R\$ 845,5 bilhões. Em valores nominais (sem considerar a inflação), esse é o maior saldo da história da poupança. A série histórica do Banco Central leva em conta valores desde janeiro de 1995.

Rendimento. O desempenho da poupança em 2019 ocorre apesar de a aplicação não ser mais tão atrativa. Com a baixa da Selic (a taxa básica de juros da economia), o retorno da poupança também caiu nos últimos anos. Isso porque, pelas regras atuais, a poupança é remunerada pela taxa referencial (TR), que está em zero, mais 70% da

● Retorno x Inflação

3,15%

foi o retorno da poupança no ano passado

3,60%

é a projeção do mercado financeiro para a inflação deste ano

Selic. A Selic, por sua vez, está em 4,50% ao ano, no menor patamar da história.

Na prática, o retorno atual da poupança é de 3,15% ao ano – um percentual que, em 2020, pode perder para a inflação, já que o mercado financeiro projeta alta de 3,60% para os preços no ano.

No ranking dos investimentos entre o último dia de 2018 e

30 de dezembro de 2019, dados compilados pela empresa de informações financeiras Econômica apontaram que a poupança foi o terceiro investimento com maior retorno real (descontada a inflação), de 2,96% – embora bem abaixo do registrado por outras aplicações. O Ibovespa – índice de referência da Bolsa brasileira – teve retorno de 27,60% e o ouro, 24,22%.

Analistas avaliam que o Tesouro Direto, programa que permite a pessoas físicas comprar títulos públicos pela internet, via banco ou corretora, sem necessidade de aplicar em um fundo de investimentos, pode ser uma boa opção para os investidores que buscam um risco menor. Uma alternativa para os investidores conseguirem uma remuneração mais alta é a bolsa de valores. Nesse caso, porém, o risco assumido é maior.

Veículo: O Globo

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Combustíveis: presidente defende cobrança de ICMS na refinaria

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem a cobrança do ICMS nas refinarias e a venda direta de etanol para postos de gasolina como forma de reduzir o preço de combustíveis. Bolsonaro ressaltou, contudo, que as duas propostas

precisam passar pelo Congresso, onde admite que há resistências.

Para o presidente, donos de postos são prejudicados quando querem vender o combustível a um preço menor, e acabam obrigados a aumentá-lo, pois o ICMS incide sobre o valor médio na bomba, e não na

refinaria. Ele admite que, para apoiarem essa mudança, governadores exigiriam compensações.

— A questão do ICMS não incide em cima do preço da refinaria, mas em cima do preço médio na bomba. Aquele que está praticando um preço um pouco abaixo se vê prejudicado, aí, aumen-

ta. O aumento de combustível é uma coisa automática da forma que está sendo feita. Alguns falam: “Conversa com os governadores”. A maioria deles está quebrada. Se for conversar, (perguntariam): “Topo, presidente, mas qual a compensação?”

Bolsonaro reclamou que a culpa dos preços altos

acaba sendo atribuída ao governo federal e defendeu projeto da Câmara que permite aos produtores de etanol vender o combustível diretamente aos postos de gasolina. Segundo ele, essa proposta poderia reduzir em 20 centavos o preço do litro do álcool.

O governo continua estu-

dando medidas para atenuar os efeitos de eventuais altas dos combustíveis, mas uma decisão concreta só deve ser anunciada em fevereiro, quando o Congresso retoma os trabalhos. Está em estudo, por exemplo, a criação de um fundo de compensação. Até fevereiro, um comitê do Ministério de Minas e Energia continua acompanhando diariamente as oscilações do petróleo. *(Daniel Gullino e Manoel Ventura)*

Veículo: O Globo

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Caderneta fecha o ano com pior resultado desde 2016

Depósitos superaram saques em R\$ 13,2 bi, uma queda de 35% em relação a 2018. Volume aplicado na poupança fica em R\$ 845 bi

RENATA VIEIRA
renata.vieira@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Aplicação mais popular entre os brasileiros, a caderneta de poupança encerrou o ano de 2019 com a menor captação líquida — saldo entre os depósitos e os saques — dos úl-

timos três anos. No ano passado, os depósitos superaram os saques em R\$ 13,2 bilhões, pior dado desde 2016, quando R\$ 40,7 bilhões foram retirados das cadernetas. De acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central, na comparação com 2018, a captação

líquida da poupança teve uma queda de 35%.

Segundo Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), o resultado de 2019 veio dentro do esperado pelo mercado. A captação só fechou o

ano positiva graças a dezembro, quando tradicionalmente entram mais recursos, por conta do 13º salário. A perspectiva, porém, é que o saldo fique menor este ano. O volume total aplicado na caderneta fechou 2019 com R\$ 845,4 bilhões.

Com a queda dos juros básicos para 4,5% ao ano, diz Oliveira, a poupança vai perder em rendimento para a inflação, e cada vez mais as pessoas vão direcionar seus recursos para outros tipos de investimento, buscando um retorno maior:

—Daqui para frente, a história vai ser diferente. O ambiente ainda é o de uma economia andando de lado, com desemprego alto. Com isso, há menos pessoas conseguindo guardar dinheiro de um lado, e de outro, tendo que sacar dinheiro para sobreviver — explica.

Hoje, a remuneração da poupança é de 70% da Selic, a taxa básica de juros da economia. Essa regra de remuneração vale sempre que a Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano.